



FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO
Rua Capote Valente, 710, - Bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05409-002
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - https://www.gov.br/fundacentro/pt-br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 47648.001105/2020-96

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços referentes ao fornecimento de Link de Internet dedicado para as Unidades Descentralizadas da FUNDACENTRO.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1. Descrição da Solução

2.2. A solução definida nos Estudos Técnicos Preliminares corresponde à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Link de Internet Dedicado para as Unidades Descentralizadas da FUNDACENTRO, com consonância com as especificações, prazos, taxas de transmissão e demais critérios deste Termo de Referência (TR).

2.3. Serviços que compõem a solução

2.3.1. As quantidades e respectivos códigos dos itens a que se referem a presente contratação seguem especificados na tabela a seguir:

Tabela 1 - Escopo da contratação

Lote	Item	Sigla	Descrição	Largura de banda do Link dedicado	CATSER	Quantidade	Unidade de medida
1	1	UDBA	Unidade Descentralizada em Extinção da Bahia (Salvador/BA)	8 Mbps	26484	36	serviço/mês
	2	CRCO	Centro Regional Centro-Oeste (Brasília/DF)	8 Mbps	26484	36	serviço/mês
	3	CRSEM	Centro Regional Sudeste II (Belo Horizonte/MG)	8 Mbps	26484	36	serviço/mês
	4	CRNE	Centro Regional Nordeste (Recife/PE)	8 Mbps	26484	36	serviço/mês
	5	UDES	Unidade Descentralizada em Extinção do Espírito Santo (Vitória/ES)	4 Mbps	26484	36	serviço/mês
	6	EANO	Escritório Avançado no Pará (Belém/PA)	2 Mbps	26484	36	serviço/mês
	7	UDPR	Unidade Descentralizada em Extinção do Paraná (Curitiba/PR)	8 Mbps	26484	36	serviço/mês
	8	CRSER	Centro Regional Sudeste I (Rio de Janeiro/RJ)	8 Mbps	26484	36	serviço/mês
	9	UDRS	Unidade Descentralizada em Extinção do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)	4 Mbps	26484	36	serviço/mês
	10	CRSU	Centro Regional Sul (Florianópolis/SC)	8 Mbps	26484	36	serviço/mês
	11	UDCA	Unidade Descentralizada em Extinção de Campinas (Campinas/SP)	2 Mbps	26484	36	serviço/mês
	12	UDBS	Unidade Descentralizada em Extinção da Baixada Santista (Santos/SP)	2 Mbps	26484	36	serviço/mês

3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

3.2. Para que a área finalística da FUNDACENTRO e a área administrativa execute adequadamente suas tarefas diárias, a intercomunicação de dados entre as localidades e com a Internet é um recurso primordial. Isso motiva a contratação de serviços de link de dados.

3.3. O acesso à internet é imprescindível para a realização de pesquisas em SST, acesso à conteúdo técnico e científico, bem como para a realização de tarefas administrativas, como por exemplo o acesso aos sistemas governamentais (Comprasnet, SIAPE/SIGEPE, SIASG, SIAFI, etc.), comunicação interna e externa (por e-mail, mensageria instantânea e chamadas de vídeo), acesso pelos usuários da Internet aos serviços de biblioteca, entre outros serviços.

3.4. Além disso, o acesso à internet é necessário para utilização dos softwares por assinatura, a exemplo da solução Microsoft 365 que consta nos autos do Processo 47648.000160/2020-69, que também apoiam as três diretorias: DCT, DAP e DAF.

3.5. A solução foi a escolhida após análise das alternativas existentes no Estudo Técnico Preliminar (0076790). As soluções avaliadas no ETP consideraram não somente as questões orçamentárias, mas considerações gerais sobre o ambiente, custos tangíveis e intangíveis. A análise comparativa de soluções no ETP definiu a solução escolhida para elaboração deste TR.

3.6. A solução escolhida refere-se à contratação de Link de Internet Dedicado para as Unidades Descentralizadas da FUNDACENTRO.

3.7. A descrição da solução objeto deste estudo foi elaborada a partir de conceitos atuais e recomendações de melhores práticas, com instrumentos de controle capazes de aferir se a demanda foi efetivamente atendida, tendo como elementos balizadores a definição prévia e adequada dos serviços a serem realizados e dos produtos a serem gerados, conforme se observa na seção 5. "Especificação dos Requisitos da Contratação". Foi prevista também a avaliação dos resultados e o pagamento após a emissão do atesto conferencial dos serviços prestados.

3.7.1. O link de dados das Unidades Descentralizadas é utilizado para:

- a) Estabelecer comunicação de dados entre UD's <-> Sede/CTN;
- b) Propiciar acesso à Internet;
- c) Estabelecer videoconferência entre UD <-> UD e UD <-> Sede/CTN;
- d) Propiciar acesso ao Portal de Periódicos da CAPES;
- e) Integrar soluções de login/domínio e acesso a documentos internos via VPN.

3.7.2. Além de o exposto, a solução permite a integração dos serviços prestados pela Sede às UD's, tais como:

- a) Segurança no acesso à Internet
- b) Maior eficiência no acesso à Intranet/Extranet (sistemas internos)
- c) Conectividade através de VPN
- d) Integração com sistemas e serviços da rede de dados da Sede

3.7.3. A largura de banda (velocidade) do link definida na seção 7. "Estimativa das Quantidades a serem Contratadas" para cada Unidade foi definida levando-se em consideração o quantitativo de pessoas por UD, a necessidade de videoconferência, o uso de serviços de teleconferência como o Teams (muito utilizado em virtude da pandemia) e a atual prestação de serviços de link de Internet dedicado.

3.7.4. A solução de TIC a ser contratada não envolve todo o conjunto de prestação de serviços de TIC do órgão, uma vez que está relacionada apenas à prestação de serviços de link dedicado para acesso à Internet para as UD's.

3.8. **Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais**

Tabela 2 - Alinhamento ao Planejamento Estratégico

ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	
ID	Objetivo Estratégico
01	Modernização Organizacional: Otimizar recursos para aumento da produtividade e investimento na área finalística
02	Produção de Conhecimento: Fortalecer a capacidade de resposta aos desafios atuais e futuros do trabalho
03	Difusão do Conhecimento: Difundir o conhecimento utilizando novas tecnologias de informação e comunicação
04	Visibilidade Institucional: Modernizar a comunicação institucional

Tabela 3 - Alinhamento ao PDTIC

ALINHAMENTO AO PDTIC 2021/2022			
ID	Necessidade	ID	Ação
N1	Garantir a disponibilidade dos serviços de TIC	A2115	Finalização do processo para renovação do contrato 22/2015 (Link dedicado de Internet para as UD's)
N9	Avaliação do operacionalização do teletrabalho	A2002	Assinatura do Microsoft 365 E3

Tabela 4 - Alinhamento ao PAC 2021

ALINHAMENTO AO PAC 2021	
Item	Descrição
01	Link de acesso dedicado à Internet - Unidade Descentralizada em Extinção da Bahia (Salvador/BA)
02	Link de acesso dedicado à Internet - Centro Regional Centro-Oeste (Brasília/DF)
03	Link de acesso dedicado à Internet - Centro Regional Sudeste II (Belo Horizonte/MG)
04	Link de acesso dedicado à Internet - Centro Regional Nordeste (Recife/PE)
05	Link de acesso dedicado à Internet - Unidade Descentralizada em Extinção do Espírito Santo (Vitória/ES)
06	Link de acesso dedicado à Internet - Escritório Avançado no Pará (Belém/PA)
07	Link de acesso dedicado à Internet - Unidade Descentralizada em Extinção do Paraná (Curitiba/PR)
08	Link dedicado de acesso à Internet - Centro Regional Sudeste I (Rio de Janeiro/RJ)
09	Link de acesso dedicado à Internet - Unidade Descentralizada em Extinção do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)
10	Link de acesso dedicado à Internet - Centro Regional Sul (Florianópolis/SC)
11	Link de acesso dedicado à Internet - Unidade Descentralizada em Extinção de Campinas (Campinas/SP)
12	Link de acesso dedicado à Internet - Unidade Descentralizada em Extinção da Baixada Santista (Santos/SP)

3.9. **Estimativa da demanda**

3.9.1. A estimativa da demanda de contratação prevista neste Termo de Referência (TR) contempla continuar fornecendo para as Unidades Descentralizadas acesso à Internet que as permitam acessar os periódicos e outros recursos da área finalística, os sistemas

governamentais, as ferramentas de colaboração de pesquisa e administrativas, os sistemas internos e seus respectivos serviços tecnológicos.

3.9.2. A estimativa, portanto, tomou como base a largura de banda dos atuais links de Internet, conforme consta nos Estudos Técnicos Preliminares da contratação.

3.10. **Parcelamento da Solução de TIC**

3.10.1. Opta-se pela contratação em lote único (vide Tabela 1), conforme consta no *item 2.1 - Bens e serviços que compõem a solução*.

3.10.2. A opção por lote único considera a imperiosa interdependência dos itens e da consequente prestação dos serviços durante a vigência do Contrato, considerando que os links serão interconectados por meio de VPN, gerenciada pela Sede/CTN.

3.10.3. Além disso, a experiência anterior da FUNDACENTRO em cenários não gerenciados por um único Contrato apresentou como problemas contratuais o diagnóstico de incidentes, aumento do custo ao erário e muita dificuldade de gerenciamento.

3.10.4. Exemplo disso foram os Contratos nº 02/2013 e 03/2013. Nesse cenário em que a licitação foi realizada por itens, duas empresas diferentes venceram parte dos Links.

3.10.5. O gerenciamento dos IP's, liberação junto à CAPES, comunicação e qualidade dos serviços prestados, interface com diferentes Prepostos, forçou um esforço administrativo incompatível com a força de trabalho da área de tecnologia da informação à época (e também é incompatível com a força de trabalho atual), culminando na deflagração de outra licitação, resultante no atual Contrato nº 22/2015.

3.10.6. Um exemplo de que o custo ao erário é maior, é com relação ao custo do Preposto do Contrato. Em uma licitação por itens, em que se podem vencer várias empresas, cada empresa provisionará em seus custos o custo de um Preposto (e outros custos administrativos), encarecendo o valor da prestação dos serviços.

3.10.7. A licitação dos links com o não parcelamento da solução se mostra o melhor cenário econômico e de gestão.

3.10.8. A prestação dos serviços por um único fornecedor possibilita a melhor prestação de serviços, bem como do conhecimento otimizado do ambiente computacional da FUNDACENTRO, onde se presume que a prestação do serviço será mais célere, econômica, com menor risco e melhor qualidade para a Instituição.

3.10.9. Adicionalmente, destacam-se outros ganhos de ordem técnica decorrentes da adoção de um processo metodológico único para a prestação dos serviços contratados que envolvem atividades interconectadas. A opção por lote único mitigará atrasos ou retrabalhos, inerentes das diferenças metodológicas, quando da existência de mais de uma CONTRATADA.

3.10.10. Nesse aspecto, justifica-se também a opção de contratação dos serviços em um lote único pelos mesmos princípios administrativos da confiabilidade e conveniência técnica na contratação, pois havendo dependência entre os serviços que compõem o objeto licitado, a restrição à inclusão de uma terceira pessoa no processo mostra-se mais adequada.

3.10.11. Pela mesma razão, a inserção de uma terceira pessoa na relação entre os órgãos e a licitante vencedora deste processo dispersaria a visão de motivos e finalidade, colocando em risco a qualidade dos serviços contratados. O modelo proposto de contratação representa a gestão integrada sem divisão de responsabilidades, inibindo conflitos, sobreposição de atividades e a diluição do comprometimento com o todo do processo.

3.10.12. Pela ótica do gerenciamento, é imperativo que uma única empresa tenha sobre si a responsabilidade dos procedimentos em execução, bem como demonstre deter conhecimento simultâneo dos itens contratados, para que possa responder pelos resultados que lhe serão exigidos nos Níveis de Serviço.

3.10.13. Sob o ponto de vista econômico a contratação única evita ônus administrativos e burocráticos consequentes à contratação concomitante de mais de uma empresa prestadora de serviços, e gera economia de escala, tempo, ganhos de eficiência e maior compromisso da CONTRATADA.

3.10.14. O agrupamento de todos os itens para atendimento por um único licitante não só reduzirá consideravelmente os riscos de execução, como também irá permitir propostas mais consistentes e econômicas por parte dos licitantes, reduzindo os custos a serem apresentados.

3.10.15. As justificativas relacionadas acima atendem ao disposto especificamente quanto à comprovação do inter-relacionamento técnico entre os serviços contratados, da necessidade de gerenciamento centralizado, além de implicar em vantagem e economicidade para a Administração, portanto a comprovação e os fundamentos apresentados corroboram a licitação deste TR em lote único.

3.10.16. Considerando-se a inviabilidade técnica e econômica para o parcelamento do objeto da presente contratação, bem como consideradas as suas respectivas peculiaridades, interdependência e natureza acessória entre as parcelas do objeto, a contratação pretendida deverá ser realizada por Adjudicação Global.

3.10.17. A contratação ora pretendida a ser atendida por um único fornecedor, se mostra mais adequada, neste caso, visto que se o serviço fosse dividido em itens/lotes diferentes, apesar de oferecerem soluções similares em conceito, os fornecedores trabalham com características de execução diferentes, o que poderia acarretar numa incompatibilidade técnica para integração de toda solução.

3.10.18. Conforme Acórdão 861/2013-Plenário - É lícito os agrupamentos em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si. Além disso, a solução de TI, objeto da contratação em tela, possui uma natural indivisibilidade, o que também inviabiliza a contratação de seus serviços por item de forma separada.

3.10.19. Segundo o acórdão 5260/2011 – TCU – 1ª câmara, de 06/07/2011, “Inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem correlação entre si”. A adjudicação global proposta nesse documento agrupa solução e serviços de uma mesma natureza, que guardam correlação entre si, seja por similaridade técnica ou de tecnologia, bem como de aplicabilidade em busca de uma única solução, sem causar qualquer prejuízo à ampla competitividade.

3.10.20. Ademais a opção pela contratação conjunta, e não fracionada, dos serviços, não constitui qualquer afronta aos termos do art. 23, §1º, da Lei 8.666/93 ou da Súmula 247 do TCU. Consta na Lei 8666/93:

“Art. 23. (...)

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala.”

3.10.21. Por sua vez, consta na Súmula 247 do TCU:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.” (grifo nosso)”

3.10.22. Tanto a disciplina legal, quanto a Súmula do TCU, indicam que a viabilidade técnica do fracionamento deve ser analisada para fins de determinar a possibilidade de licitações distintas (ou lotes distintos na mesma licitação) do objeto que se pretende adquirir. No caso em comento, o objeto licitado envolve tratamento técnico, que demanda que o fornecedor dos serviços tenha conhecimento sobre toda a solução existente. Segregar as contratações, deixando a possibilidade de empresas diferentes prestarem os serviços, é um risco enorme para a FUNDACENTRO, pois deixará aberta a oportunidade para problemas de integração e de administração da solução CONTRATADA entre diferentes fornecedores. Nesse sentido, em respeito à legislação vigente e na busca pela economicidade, se optou por garantir a padronização dos serviços a partir da contratação de um único prestador para realizar os serviços em questão.

3.11. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

- a) Prover acesso seguro à internet, conforme parâmetros definidos pelo STIC
- b) Estabelecer comunicação de dados e videoconferência entre UD's e Sede/CTN
- c) Maior eficiência no acesso aos sistemas internos, como SEI, SGPA e outros
- d) Permite o compartilhamento de arquivos entre as UD's e Sede/CTN
- e) Maior eficiência no acesso aos sistemas governamentais, como SIAFE, SIAPE, SIADS, PGC e outros

3.11.1. A questão do trabalho à distância foi levada em consideração por esta EPC e a solução escolhida viabiliza a realização desta modalidade de trabalho de forma eficiente, segura e sem custos adicionais.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

- 4.1.1. Prover acesso padronizado à internet
- 4.1.2. Permitir o acesso aos sistemas governamentais
- 4.1.3. Permitir acesso ao conteúdo exclusivo da CAPES
- 4.1.4. Permitir a realização de pesquisas relacionadas as atividades finalísticas da FUNDACENTRO
- 4.1.5. Permitir troca de informações com outros órgãos e empresas

4.2. Requisitos de Capacitação

4.2.1. Após a implantação dos links de internet dedicados deverá(ão) ser(em) realizada(s) reunião(ões) para transferência de conhecimento com relação ao sistema de gerenciamento das condições do link (monitoramento), bem como as informações de endereçamento, escalação de chamados se necessário para um superior, transferência de contatos, ferramenta utilizada para abertura de chamados e outros sistemas/meios de comunicação que se façam necessários para o adequado conhecimento da solução implantada. A documentação entregue (por meio online) deve ser suficiente para esclarecer os procedimentos a serem executados e permitir que os colaboradores do STIC possam gerenciar os links de Internet.

4.3. Requisitos Legais

4.3.1. São normas aplicáveis ao processo licitatório:

- a) Lei nº 8.666/1993: Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;. Inciso II e § 2º: Dispõe sobre a duração dos contratos ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, onde à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração seja limitada a sessenta meses.;
- b) Lei nº 10.520/2002: Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- c) Instrução Normativa nº 5/2017- MP: Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- d) Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.
- e) Instrução Normativa SGD/ME nº 01/2019: Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

f) Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

g) Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

h) Decreto nº 10.024/2019: regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

4.3.2. Ainda se aplicam as seguintes normas relativas à segurança da informação:

a) Lei 12.527, de 18/11/2011 (que regula o acesso à informações previsto em lei);

b) Decreto nº 7.724, de 16/05/2012 (que regulamenta a Lei 12.527, de 18/11/2011);

c) Decreto nº 7.845, de 14/11/2012 (que trata do credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo);

d) Decreto 9.637, de 26 de dezembro de 2018 9 (que, entre outras coisas, institui a Política Nacional de Segurança da Informação e dispõe sobre a governança da segurança da informação)

4.3.3. Além das normas aqui elencadas, são aplicáveis outras normas correlatas aos processos licitatórios e às contratações no âmbito da Administração Pública Federal.

4.4. **Requisitos de Manutenção e Suporte Técnico**

4.4.1. A Contratada deverá implantar o enlace de comunicação objeto das especificações dos itens sem gerar interrupções na rede preexistente.

4.4.2. As especificações descritas neste documento representam os requisitos essenciais exigidos pela FUNDACENTRO, cabendo à Contratada fornecer: todos os equipamentos (inclusive os que necessitem estar alocados na Contratante) e componentes de hardware e software necessários para que essas especificações sejam atendidas, sem exceção, nada impedindo, entretanto, que sejam fornecidas características adicionais ou superiores para os serviços a serem prestados, desde que não haja prejuízo de qualquer das funcionalidades especificadas.

4.4.3. A manutenção e reposição dos equipamentos e infraestrutura necessária, como cabos, conectores, adaptadores, serão de responsabilidade da Contratada, atendendo os índices de disponibilidade e desempenho especificados neste documento.

4.4.4. A proposta apresentada pela Contratada deve ser independente do volume de dados trafegado (custo fixo mensal independente do uso).

4.4.5. Todos os custos de infraestrutura relacionados com materiais, equipamentos, mão-de-obra ou outros, referente à instalação, implantação e ativação desse link, serão de responsabilidade da Contratada, eximindo a Contratante de quaisquer custos e/ou ônus desses serviços.

4.4.6. A Contratada deverá possuir, em seu núcleo, redundância de circuitos e equipamentos.

4.4.7. Para atendimento do Nível Mínimo de Serviço Exigido (NMSE), a Contratada deverá fornecer um Portal de Gerência do link.

4.4.8. A prestação desse serviço será mensurada e fiscalizada por meio do NMSE.

4.4.9. O backbone Internet da CONTRATADA deverá possuir em operação, canais dedicados, exclusivos e redundantes interligando-os diretamente a pelo menos 2 (dois) outros sistemas autônomos (AS - Autonomous System) nacionais, a pelo menos 1 (um) sistema autônomo (AS - Autonomous System) nos Estados Unidos e a pelo menos 1 (um) sistema autônomo na Europa, sendo que cada um deverá ter, no mínimo, velocidade de 10 Gbps (dez gigabits por segundo) - a documentação deverá ser apresentada quando da assinatura do contrato.

4.4.10. A CONTRATADA deverá informar o AS próprio, comprovado por meio de relatórios de peering de sites como <http://as-rank.caida.org/>, <http://bgp.he.net/> ou outros que forneçam informações sobre BGP peering, que mostrem que seu Backbone de Internet possui os canais diretos aos AS nacionais e internacionais e as rotas alternativas - a documentação deverá ser apresentada quando da assinatura do contrato.

4.4.11. **Nível Mínimo de Serviço Exigido (NMSE)**

1. **O NMSE atinge todos os itens do lote que compõe a contratação.**

2. **Regime de Operação**

1. Os serviços prestados deverão estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive nos feriados e finais de semana

3. **Limitações**

1. Não haverá violação do NMSE nos seguintes casos:

1. Falha em algum equipamento da Contratante;

2. Falha decorrente de procedimentos operacionais da Contratante;

3. Falha de qualquer equipamento da Contratada que não possa ser corrigida por inacessibilidade causada pela Contratante;

4. Interrupção programada, quando necessária, observados os itens 4 a seguir, subitens 1 e 2.

4. **Prazo para Resolução de Problemas**

1. O prazo máximo para solução de quaisquer problemas de inoperância do item: prestação de serviços de acesso à Internet (link Internet), será de 4 (quatro) horas, incluindo as ocorrências que impliquem substituição de hardware de responsabilidade da Contratada, respeitados o índice de disponibilidade a seguir apresentado.
2. A contagem para o prazo de solução se dará no momento da abertura do chamado técnico na Contratada;
3. O problema será considerado solucionado no momento da comunicação da Contratada à Contratante, por exemplo, ligação telefônica ou e-mail, encerrando-se nesse instante a contagem do tempo de resolução de problema.

5. Índice de Disponibilidade de Serviços

1. A Contratada deverá garantir um Índice de Disponibilidade Mensal do serviço contratado superior a 99,5% (noventa e nove vírgula cinco por cento).
2. O Índice de Disponibilidade Mensal do serviço será calculado através da fórmula:

$$\text{Disponibilidade Mensal} = \left(\frac{T_{\text{mensal}} - T_{\text{indisp}}}{T_{\text{mensal}}} \right) * 100$$

Onde:

T_{indisp} = Somatório dos períodos de indisponibilidade (em minutos) no mês faturado

T_{mensal} = Tempo total mensal (em minutos) no mês faturado

3. Em caso de necessidade de interrupção programada, a Contratada deverá entrar em contato com a Contratante, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, para agendar data e hora da interrupção.
4. Não serão computadas, no cálculo da disponibilidade mensal, até 5 (cinco) interrupções anuais do serviço, a serem utilizadas como janelas para manutenção preventiva e de predição, desde que observado o item anterior.
5. As interrupções do serviço não poderão exceder 4 (quatro) horas, caso isso ocorra, será considerada nova interrupção.
6. Entende-se como “período de indisponibilidade”, o tempo em minutos entre o início e a completa solução do problema, de acordo com o item (4. **Prazo para Resolução de Problemas**).
7. O enlace de comunicação será considerado “indisponível” quando ocorrer qualquer tipo de problema que impeça a transmissão ou recepção de pacotes através dele, ficando a Contratada isenta de responsabilidade por indisponibilidades comprovadamente geradas por problemas oriundos dos equipamentos da Contratante.
8. Alterações no Índice de Disponibilidade Mensal identificadas após a emissão da fatura e que impliquem modificações nos descontos calculados, serão validadas de comum acordo entre a Contratada e a Contratante e contempladas na fatura subsequente.

6. Atendimento de ocorrências

1. A Contratada deverá possuir estrutura de Central de Atendimento (HelpDesk/Service Desk), disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive nos feriados e finais de semana, fazendo o registro das ocorrências, acompanhamento, resolução de problemas e esclarecimento de dúvidas.
2. A Central de Atendimento deverá estar disponível para contato através de ligações telefônicas gratuitas (0800) a serem realizadas pelos técnicos da Contratante, sendo imprescindível que os funcionários de atendimento da Contratada conheçam as características do serviço contratado, e estejam aptos a dar as informações básicas sobre o mesmo.
3. A Contratante poderá fazer registros referentes a ocorrências e à qualidade dos serviços prestados, não só através de ligações telefônicas como também através do envio de e-mails para a Central de Atendimento da Contratada.
4. Durante toda a vigência do Contrato, a Contratada deverá manter registro dos eventos que porventura tenham provocado interrupções no circuito, a fim de justificar a não consideração de períodos de indisponibilidade perante a Contratante.
5. Os registros mencionados anteriormente deverão estar disponíveis durante todo o período de vigência do Contrato, podendo a Contratante solicitar relatórios consolidados por mês contendo todas as informações das ocorrências.

7. Penalidades para o não atendimento do NMSE

1. Os quadros a seguir indicam os índices que medirão os níveis de serviço prestados pela Contratada.
2. Os índices a seguir referem-se à instalação e prestação de serviços:

Tabela 5 - Índice 01

Índice Nº 01 - Prazo para Instalação	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a ativação do Link dedicado à Internet

Meta a cumprir	Instalar o link dedicado nas localidades dentro dos parâmetros estabelecidos
Método de medição	Cronometragem de dias entre a assinatura do Contrato e a ativação de cada link
Forma de acompanhamento	Acompanhamento do fiscal do contrato ou representante técnico por ele indicado para conferir a ativação do circuito
Periodicidade	Única por localidade
Índice de Ativação – INST	Índice de Ativação por localidade, obedecendo aos prazos deste NMSE
Faixas de ajuste no pagamento - FAP	<p>FAP 01 – INST cumprido dentro do estipulado não há aplicação de penalidade</p> <p>FAP04 – INST superior a 30 dias será considerado como descumprida a obrigação contratual no período, sujeitando-se a Contratada à aplicação da pena de multa por inexecução parcial do objeto.</p>

Tabela 6 - Índice 02

Índice Nº 02 - Prazos para Índice de Disponibilidade de Serviços	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a disponibilidade do Link dedicado à Internet
Meta a cumprir	Manter o link Internet em operação nos prazos estabelecidos
Método de medição	Cronometragem de tempo, em minutos, do tempo de indisponibilidade
Forma de acompanhamento	Acompanhamento do fiscal do contrato ou representante técnico por ele indicado durante a execução do chamado até o seu encerramento.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo do tempo de execução da OS	Conforme apresentado no NMSE
Índice de Disponibilidade de Serviços – DISP	Conforme apresentado no NMSE
Faixas de ajuste no pagamento - FAP	<p>FAP 01 – DISP cumprido dentro do estipulado no NMSE, pagamento de 100% do valor da Fatura Mensal de prestação de serviços.</p> <p>FAP02 – DISP superior a 90% e inferior a 99,5%, pagamento de 90% do valor da Fatura Mensal de prestação de serviços e advertência.</p> <p>FAP03 – DISP superior a 80% e inferior a 90%, pagamento de 70% do valor da Fatura Mensal de prestação de serviços e multa de 10% sobre a Fatura Mensal de prestação de serviços.</p> <p>FAP04 – DISP inferior a 80% será considerado como descumprida a obrigação contratual no período, sujeitando-se a Contratada ao não recebimento do valor mensal contratado, bem como à aplicação da pena de multa por inexecução parcial do objeto.</p>

8. O ressarcimento ao erário por ocasião da aplicação das glosas referentes ao Acordo de Nível de Serviço deverão ser descontadas na Fatura Mensal de prestação de serviços.
 1. A critério da Administração, poderão ser descontadas das garantias de fornecimento apresentadas pela Contratada.
 2. É garantido a Contratada o direito de contestação dos resultados da apuração do Acordo de Nível de Serviços, bem como de apresentar as justificativas que se fizerem necessárias.
 3. As justificativas aceitas pelo gestor e pelo fiscal do contrato poderão anular a incidência de glosas e advertências na aplicação do Acordo de Nível de Serviço.
9. A Contratada receberá a aplicação de comunicado de advertência, sempre que houver a incidência de glosas contratuais em razão do Acordo de Nível de Serviço.

10. Os valores de multas e de glosas não pagos, serão descontado da garantia prestada pela Contratada.
11. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.
12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a licitante será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

4.5. Requisitos Temporais

4.5.1. Ativação dos links

- 4.5.1.1. Os links dedicados deverão ser instalados em até 60 dias após a assinatura do Contrato.
- 4.5.1.2. O prazo estipulado poderá ser prorrogado por mais 30 dias a partir de solicitação formal da Contratada, sendo a prerrogativa da FUNDACENTRO conceder ou não a prorrogação.
- 4.5.2. Outros prazos constam nos itens 6 (MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO) e 7 (MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO) deste T.R.

4.6. Requisitos de Segurança

- 4.6.1. Na prestação de serviço, a contratada deverá observar normas, procedimentos de segurança e boas práticas que garantam a integridade de seus profissionais e de terceiros, bem como de preservação do patrimônio da contratante, se responsabilizando por quaisquer danos que venha a causar em decorrência da prestação dos serviços.

4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- 4.7.1. Durante a execução de tarefas no ambiente da FUNDACENTRO, os funcionários da CONTRATADA deverão observar, no trato com os servidores e demais colaboradores a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como: asseio, pontualidade, cooperação, respeito mútuo, disciplina e zelo com o patrimônio público. Deverão ainda portar identificação pessoal, de acordo com as normas internas da Instituição.
- 4.7.2. A disponibilização dos softwares em meio exclusivamente digital está alinhada à sustentabilidade devido à não utilização de embalagens e outros insumos relativos.
- 4.7.3. Todas as interfaces dos sistemas disponibilizados pela Contratada para gerenciamento dos links de Internet devem estar no idioma português brasileiro.
- 4.7.4. A Contratada deverá obedecer a Lei nº 12305/2010, que se refere à Política Nacional de Resíduos Sólidos, para que os componentes que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico, devem dar-lhes destinação final ambientalmente adequada. Isso se aplica a todos os equipamentos envolvidos na contratação como cabos, fios, roteadores. Também deve se aplicar quando do encerramento contratual, caso os equipamentos não sejam mais utilizados e sejam considerados lixo tecnológico segundo os preceitos da referida Lei.

4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

- 4.8.1. A contratação se refere à prestação de serviços de link de acesso dedicado à Internet para as Unidades Descentralizadas da FUNDACENTRO.
- 4.8.2. Meio físico terrestre: Fibra ótica ou par metálico
- 4.8.3. Garantia de banda: 100% (cem por cento)
- 4.8.4. Acesso permanente (24 x 7 x 365) e ilimitado à Internet
- 4.8.5. Monitoração 24 x 7 x 365 do circuito de acesso
- 4.8.6. O circuito deverá atender às normas aplicáveis da Anatel
- 4.8.7. O link deverá possuir latência máxima de 70 ms (setenta milissegundos). A latência será considerada como o tempo em que um pacote IP leva para ir de um ponto a outro da rede e retornar à origem. As medições a que se referem este item devem ser feitas entre o local da instalação (Unidade Descentralizada) e a rede da Contratada. Os intervalos de tempo em que, o enlace apresentar aferições de latência superiores ao valor especificado, serão considerados como períodos de indisponibilidade.
- 4.8.8. Perda de pacotes máxima: 1% (um por cento)
- 4.8.9. A Contratada é responsável por fornecer os cabos, equipamentos adicionais, peças, partes e quaisquer materiais, nas dimensões e com as características adequadas, para a interconexão de seus equipamentos aos equipamentos da Contratante.
- 4.8.10. A FUNDACENTRO tem acesso ao Portal de Periódicos da CAPES. A Contratada, portanto, deverá conceder no registro.BR a designação/numeração da faixa de IP's de cada localidade para a FUNDACENTRO durante o período contratual, ou assinar carta "Declaração de uso de serviços IP para conexão a Internet" ou documento similar fornecida pela Capes.
- 4.8.11. Considerando o esgotamento de endereços IPv4, deverá ser entregue, em todas as localidades também IPv6. Dessa forma, a FUNDACENTRO estará preparada para a migração para o IPv6 para sua conectividade de rede entre as Unidades Descentralizadas e, futuramente, com a Sede/CTN.
- 4.8.12. A Largura de banda/taxa de transferência/velocidade deverá ser simétrica e full duplex, obedecendo a tabela a seguir:

Tabela 7 - Largura de banda

Sigla	Descrição	Largura de banda do Link dedicado
UDBA	Unidade Descentralizada em Extinção da Bahia (Salvador/BA)	8 Mbps

CRCO	Centro Regional Centro-Oeste (Brasília/DF)	8 Mbps
CRSEM	Centro Regional Sudeste II (Belo Horizonte/MG)	8 Mbps
CRNE	Centro Regional Nordeste (Recife/PE)	8 Mbps
UDES	Unidade Descentralizada em Extinção do Espírito Santo (Vitória/ES)	4 Mbps
EANO	Escritório Avançado no Pará (Belém/PA)	2 Mbps
UDPR	Unidade Descentralizada em Extinção do Paraná (Curitiba/PR)	8 Mbps
CRSER	Centro Regional Sudeste I (Rio de Janeiro/RJ)	8 Mbps
UDRS	Unidade Descentralizada em Extinção do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)	4 Mbps
CRSU	Centro Regional Sul (Florianópolis/SC)	8 Mbps
UDCA	Unidade Descentralizada em Extinção de Campinas (Campinas/SP)	2 Mbps
UDBS	Unidade Descentralizada em Extinção da Baixada Santista (Santos/SP)	2 Mbps

4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação

4.9.1. A Contratada deverá fornecer, no mínimo, 2 (dois) IPs fixos em cada localidade de instalação.

4.9.2. A contratada deverá disponibilizar todos os roteadores, sem ônus à Contratante, considerando que:

- a) A contratada deverá aplicar a manter atualizados os patches de segurança nos seus roteadores ou em outros equipamentos de suas redes caso os mesmos estejam exclusivos para a prestação dos serviços da FUNDACENTRO.
- b) Independentemente da atualização descrita, se forem identificados problemas no software ou hardware de qualquer roteador que afete a segurança e o funcionamento do equipamento e/ou, que necessite de alteração no hardware, a contratada deverá substituir o equipamento por outro similar que garanta o NMSE, e efetuar a troca efetiva do equipamento em um prazo máximo de 15 (quinze) dias, sem necessidade formal por parte da FUNDACENTRO.
- c) As atualizações serão feitas sem ônus à FUNDACENTRO e, caso necessário, fora do horário comercial, sempre acompanhadas por um técnico autorizado da Contratante.
- d) Cada roteador deverá ser fornecido com todos os acessórios e programas necessários à sua instalação, operação e monitoração, cabendo inclusive, à contratada, a instalação do mesmo.

4.9.3. Deverão ser disponibilizadas, em todas as localidades, no mínimo 2 (duas) interfaces Ethernet, de no mínimo 100 Mbps para uso na rede local.

4.9.4. O CPE deve suportar as seguintes funcionalidades: IKE, IPsec, site-to-site VPN.

- a) As licenças não precisam estar ativas, embora o CPE deve suportar e ter essas funcionalidades disponíveis.
- b) Caso a FUNDACENTRO solicite a utilização desses recursos, não deverá incidir cobrança adicional pela utilização.

4.9.5. A contratada deverá realizar alterações nas configurações dos equipamentos, a qualquer momento, inclusive para monitoramento em SNMP, sem ônus, mediante solicitação formal da FUNDACENTRO, devendo efetivá-las no prazo máximo de cinco dias úteis.

4.9.6. RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO

4.9.6.1. O acompanhamento da prestação de serviços do link Internet dedicado será feito através de relatórios disponibilizados pela contratada, devendo apresentar ao Fiscal Técnico, no mínimo:

- a) Performance do link (uso, latência, disponibilidade)
- b) Taxa de utilização da banda
- c) Gerência de Tráfego (Capacidade contratada (banda) e o respectivo tráfego utilizado em um link dedicado)

4.9.7. Métricas dos últimos 30 dias a serem disponibilizadas pela Contratada em até 48 horas depois de solicitação pela Contratante:

- a) Latência
- b) Perda de Pacotes
- c) Jitter (Variação do tempo de transmissão dos pacotes entre o ponto principal e os pontos remotos da rede)
- d) Taxa de erro (Mede a proporção de bits recebidos com erro em relação ao total de bits transmitidos)

4.9.8. Por solicitação da Contratante, a Contratada deverá apresentar relatório ao Fiscal do Contrato, no qual devem constar as seguintes informações mínimas referentes ao período de faturamento:

- a) Correlação de eventos e diagnóstico de causa-raiz.
- b) Consolidado do tempo de indisponibilidade

- c) Cálculos de percentuais de disponibilidade
- d) Chamados abertos e status do chamado
- e) Cálculos percentuais de utilização do link

4.10. Requisitos de Implantação

4.10.1. Quaisquer custos de implantação do link de Internet objeto deste Termo de Referência, devem ser previstos pela Contratada, não cabendo qualquer tipo de cobrança à FUNDACENTRO acerca da instalação/implantação/ativação do link.

4.10.2. Quaisquer custos de mudança/realoção do roteador, cabos e outros equipamentos da contratada, dentro da mesma localidade (endereço) devem ser previstos pela Contratada, não cabendo qualquer tipo de cobrança à FUNDACENTRO.

4.10.3. Os locais de implantação, instalação e prestação dos serviços são:

Tabela 8 - Locais de instalação

LOCAL	NOME	ENDERECO	CEP
UDBA	Unidade Descentralizada em Extinção da Bahia (Salvador/BA)	Rua Alceu Amoroso Lima, 142 - Bairro Caminho das Arvores, Salvador/BA	41820-770
CRCO	Centro Regional Centro-Oeste (Brasília/DF)	SDS - Blocos A/J, 5º andar – Sala 502 À 524 – Edifício Boulevard Center, Brasília/DF	70391-900
CRSEM	Centro Regional Sudeste II (Belo Horizonte/MG)	Rua Guajajaras, 40 – 13º andar, Belo Horizonte/MG	30180-910
CRNE	Centro Regional Nordeste (Recife/PE)	Rua Djalma Farias, 126, Recife/PE	52030-190
UDES	Unidade Descentralizada em Extinção do Espírito Santo (Vitória/ES)	Rua Cândido Ramos, 30 - Jardim da Penha, Vitória/ES	29060-090
EANO	Escritório Avançado no Pará (Belém/PA)	Travessa 9 de Janeiro, 1569, Belém/PA	66060-575
UDPR	Unidade Descentralizada em Extinção do Paraná (Curitiba/PR)	Rua José Loureiro, 574 - Centro, Curitiba/PR	80010-924
CRSER	Centro Regional Sudeste I (Rio de Janeiro/RJ)	Av. Presidente Antônio Carlos, 375 - 11º Andar - Grupo 1110 e 1108 - Castelo, Rio de Janeiro/RJ	20020-010
UDRS	Unidade Descentralizada em Extinção do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)	Rua Mauá, 1013, 7º Andar - Centro, Porto Alegre/RS	90010-110
CRSU	Centro Regional Sul (Florianópolis/SC)	Rua Victor Meirelles, 198 - Centro, Florianópolis/SC	89560-000
UDCA	Unidade Descentralizada em Extinção de Campinas (Campinas/SP)	Rua Marcelino Velez, 43 - Bairro Botafogo, Campinas/SP	13020-200
UDBS	Unidade Descentralizada em Extinção da Baixada Santista (Santos/SP)	Rua Brás Cubas, 190, Centro, Santos/SP	11013-161

4.10.4. Devem ser consideradas as seguintes previsões de mudança:

4.10.4.1. A Unidade Descentralizada em Extinção no Espírito Santo tem previsão de mudança para o prédio da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego local. A mudança poderá ocorrer entre 6 a 8 meses.

4.10.4.2. A Unidade Descentralizada em Extinção na Bahia tem previsão de mudança para o prédio da Superintendência Regional de Administração do ME em Salvador. A mudança poderá ocorrer dentro dos próximos 6 meses.

4.10.4.3. O Centro Regional do Centro-Oeste tem previsão de mudança para o Bloco F da Esplanada dos Ministérios. A mudança poderá ocorrer dentro dos próximos 6 meses.

4.10.4.4. Considerando o exposto, as mudanças de endereço citadas devem ser previstas pela Contratada, não cabendo qualquer tipo de cobrança à FUNDACENTRO para a realização dessas mudanças de local de prestação de serviços.

4.11. Requisitos de Garantia

4.11.1. Os serviços executados pela Contratada devem ter garantia durante o período de vigência contratual.

4.12. Requisitos de Experiência Profissional

4.12.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

4.13. Requisitos de Formação da Equipe

4.13.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação.

4.14. Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.14.1. Considerando o escopo da contratação, todas as Notas Fiscais/Faturas de prestação de serviços deverão ser encaminhadas para o Fiscal Técnico do Contrato.

4.14.2. Não serão aceitos o recebimento de Notas Fiscais/Faturas por meios distintos, devendo a Contratada encaminhar todas as faturas usando o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da FUNDACENTRO ou, na indisponibilidade desse recurso, email designado pelo Fiscal Técnico, considerando que:

- a) Todas as Notas Fiscais/Faturas deverão ser encaminhadas pelo meio definido pela FUNDACENTRO.
- b) O não atendimento do exposto no item imediatamente anterior sujeitará a Contratada às sanções previstas.

c) No caso de envio via e-mail, a confirmação do recebimento do e-mail pelo Fiscal Técnico é de responsabilidade da Contratada e os prazos somente passarão a iniciar após a confirmação do recebimento pelo Fiscal Técnico.

4.14.3. Após o recebimento da prévia do faturamento, o Fiscal Técnico do Contrato emitirá o Termo de Recebimento Provisório (TRP), para que a Contratada possa emitir as Notas Fiscais de prestação dos serviços. A Contratada somente poderá emitir as Notas Fiscais após o recebimento do TRP e caso o Fiscal Técnico do Contrato encontre divergências na prévia de faturamento, deverá ocorrer o registro nas ocorrências contratuais.

4.14.4. Após o recebimento das Notas Fiscais, o Gestor do Contrato emitirá o Termo de Recebimento Definitivo (TRD), indicando o aceite na prestação dos serviços, passando a iniciar o prazo para pagamento dos serviços prestados.

4.15. **Requisitos de Segurança da Informação**

4.15.1. A contratada não poderá se utilizar da presente contratação para obter qualquer acesso não autorizado às informações da FUNDACENTRO.

4.15.2. É de responsabilidade da contratada garantir que as informações por ela obtidas em decorrência da execução desta contratação sejam mantidas em sigilo, não podendo ser divulgadas, exceto se previamente acordado, por escrito, entre as partes contratantes.

4.16. **Outros Requisitos Aplicáveis**

4.16.1. A CONTRATADA deve executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)). Para a habilitação, o licitante deverá apresentar Declaração indicando o encarregado da credenciada responsável pela proteção de dados, nos termos do art. 41 da Lei Federal 13.709/18.

5. **RESPONSABILIDADES**

5.1. **Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE**

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e

5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;

5.2. **Deveres e responsabilidades da CONTRATADA**

5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e

5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

6. **MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

6.1. **Rotinas de Execução**

6.1.1. A contratada deverá observar, todas as condições, obrigações, requisitos, rotinas e prazos previstos neste Termo de Referência.

6.1.2. *Prazos, Horários e Locais de Execução*

6.1.2.1. Horários: A entrega e demais atos relativos à execução da contratação deverão ocorrer de forma agendada com a FUNDACENTRO, em dias úteis, de 9h às 18h. Excepcionalmente, considerando a natureza do serviço, outros dias e horários podem ser acordados, desde que a FUNDACENTRO seja previamente notificada com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

6.1.3. Locais de Execução: A entrega, instalação e demais atos relativos à execução do contrato devem seguir os requisitos da contratação previamente apresentados.

6.1.4. *Documentação mínima*

6.1.4.1. Após a implantação a Contratada deverá apresentar à FUNDACENTRO todos os dados que indubitavelmente comprovem a implantação prevista, contemplando (mas não se limitando a): assinatura do responsável que acompanhou e validou a implantação no respectivo local, dados do circuito (designação e outras informações), IPs disponíveis nas interfaces, testes de conectividade executados pela Contratada alcançando a rede interna da Contratante, contato (nome, email e telefone) do ponto de contato técnico, contato (nome, email e telefone) do ponto de contato em casos de emergência, contato (nome, email e telefone) do ponto de contato administrativo.

6.1.4.2. A Contratada deverá fornecer os dados dos meios de atendimento e suporte técnico previstos nos requisitos anteriormente apresentados.

6.1.5. *Papéis*

6.1.5.1. Pela contratada:

a) Preposto: Representante da contratada, apto a representá-la, durante toda a execução do contrato.

6.1.5.2. Pela FUNDACENTRO:

a) Gestor: Representante da FUNDACENTRO com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da contratação, bem como atuar no recebimento dos softwares e serviços, indicado pela autoridade competente;

b) Fiscal Requisitante: Representante da FUNDACENTRO, da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar a contratação do ponto de vista funcional da Solução de Tecnologia da Informação, bem como atuar no recebimento dos serviços;

c) Fiscal Técnico: Representante da FUNDACENTRO, do Serviço de Tecnologia - Infraestrutura e Comunicações (STIC), indicado pela autoridade competente para fiscalizar tecnicamente a contratação, bem como atuar no recebimento dos softwares e serviços; e

d) Fiscal Administrativo: Representante da FUNDACENTRO, da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente para fiscalizar a contratação quanto aos aspectos administrativos, bem como atuar no recebimento dos softwares e serviços.

6.1.6. *Responsabilidades*

6.1.6.1. Serão realizadas, por parte da equipe de fiscalização da FUNDACENTRO, as seguintes atividades:

a) Confecção e assinatura do Termo de Recebimento Provisório - Anexo III, a cargo do Fiscal Técnico do Contrato, quando da entrega do objeto;

b) Avaliação da qualidade dos serviços entregues e justificativas, de acordo com os Critérios de Aceitação definidos no item 7 deste TR, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato;

c) Identificação de não conformidade com os termos contratuais, em especial quanto ao detalhamento e requisitos do objeto, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato;

d) Verificação de aderência aos termos contratuais, especialmente quanto à regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, a cargo do Fiscal Administrativo do Contrato;

e) Encaminhamento das demandas de correção à contratada, a cargo do Gestor do Contrato ou, por delegação de competência, do Fiscal Técnico do Contrato;

f) Encaminhamento de indicação de glosas e sanções por parte do Gestor do Contrato para a Área Administrativa;

g) Confecção e assinatura do Termo de Recebimento Definitivo - Anexo III para fins de encaminhamento para pagamento, a cargo do Gestor e do Fiscal Requisitante do Contrato, com base nas informações produzidas nas letras "a" a "f" anteriores;

h) Autorização para a emissão de nota(s) fiscal(is), a ser(em) encaminhada(s) ao preposto da contratada, a cargo do Gestor do Contrato;

i) Verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento, a cargo do Fiscal Administrativo do Contrato;

j) Verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, a cargo do Fiscal Requisitante do Contrato, com apoio do Fiscal Técnico do Contrato;

k) Verificação de manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do contrato, a cargo dos Fiscais Técnico e Requisitante do Contrato;

l) Encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual, a cargo do Gestor do Contrato; e

m) Manutenção do Histórico de Gestão do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica, a cargo do Gestor do Contrato. O gestor deverá solicitar a autuação de processo específico para instrução dessas informações, assim como dos atos correspondentes à fiscalização e acompanhamento do contrato.

6.1.6.2. No caso de aditamento contratual, o Gestor do Contrato deverá, com base na documentação contida no Histórico de Gestão do Contrato e nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, encaminhar à Área Administrativa, com pelo menos 120 (cento e vinte) dias de antecedência do término do contrato, documentação explicitando os motivos para tal aditamento.

6.1.6.3. As decisões e providências que ultrapassem a competência dos representantes designados serão imediatamente repassadas aos seus superiores para a adoção das medidas que couberem.

6.2. **Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle**

6.2.1. Conforme item 2.1.1 deste T.R.

6.3. **Mecanismos formais de comunicação**

6.3.1. Correspondência Oficial: A forma padrão de comunicação entre as partes será correspondência oficial, assinada pelos representantes das partes contratantes, devidamente protocolizada na FUNDACENTRO.

6.3.2. Correspondência Eletrônica e Outros: O acesso ao suporte técnico poderá ser via sítio oficial da contratada ou do fabricante da solução na Internet, e-mail, ou central de atendimento telefônico, sempre com o número de protocolo ou chamado correspondente.

6.4. **Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.4.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.4.2. O **Termo de Compromisso**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e **Termo de Ciência**, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos Anexos IV e V.

7. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. **CrITÉRIOS de Aceitação**

7.1.1. A aceitação da execução do objeto da contratação ficará a cargo da equipe de fiscalização, segundo os procedimentos previstos neste Termo de Referência.

7.1.2. A implantação e os serviços prestados somente serão aceitos pela fiscalização quando entregues em conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência.

7.1.3. Para fins de recebimento provisório, será verificado se a entrega contemplou os prazos previstos, tanto para implantação quanto durante a prestação considerando o NMSE. Quando da notificação pela Contratada da conclusão dos serviços prestados no mês de referência ou quando da notificação da conclusão da implantação, o fiscal técnico receberá provisoriamente os serviços, e emitirá Termo de Recebimento Provisório - Anexo III assinado pelas partes, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, em até 10 (dez) dias, contados da data em que a contratada efetuar a entrega.

7.1.4. Para o recebimento definitivo, será verificado se todas as condições de entrega dos serviços prestados, disponibilidade do link e atendimento de chamados dos serviços estão em conformidade com este Termo de Referência. A verificação se dará para fins de emissão do Termo de Recebimento Definitivo - Anexo III. O Termo de Recebimento Definitivo será assinado pelo Gestor e pelo Fiscal Requisitante em até 20 (vinte) dias contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório.

7.1.5. A contratada somente poderá emitir Nota Fiscal/Fatura, para fins de pagamento dos itens desta contratação, após a emissão do Termo de Recebimento Provisório.

7.1.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta da contratada, devendo ser substituídos ou novamente realizados às custas da contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação emitida pela FUNDACENTRO, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação.

7.1.8. Ocorrendo nova entrega ou a reapresentação de documentos e informações indispensáveis para o recebimento, o prazo para emissão dos termos de recebimento provisório e definitivo iniciar-se-ão novamente.

7.2. **Procedimentos de Teste e Inspeção**

7.2.1. *Metodologia, formas de avaliação da qualidade e adequação da solução às especificações funcionais e tecnológicas*

7.2.1.1. Para fins de recebimento da implantação serão realizados, no mínimo, os seguintes testes:

- a) Abertura de chamado junto ao suporte técnico usando ao menos um mecanismo de comunicação (telefone/email/chat/sítio) informado pela contratada;
- b) Acesso via VPN da UD à Sede e no caminho inverso;
- c) Acesso à Internet;
- d) Realização de videoconferência;
- e) Testes de verificação de perda de pacotes e largura de banda da localidade.

7.2.1.2. A critério da equipe de fiscalização, poderão ser realizados outros testes que sejam necessários para certificar a completa entrega da implantação e dos serviços prestados.

7.2.2. *Disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de gestão e fiscalização do contrato*

7.2.2.1. Será necessária a atuação do fiscal técnico, fiscal requisitante, fiscal administrativo e do gestor da contratação para o acompanhamento e monitoramento da execução da contratação.

7.2.2.2. A FUNDACENTRO deverá disponibilizar seus respectivos colaboradores para exercerem as funções acima especificadas.

7.2.2.3. Para o desempenho das funções de fiscal técnico, fiscal requisitante, fiscal administrativo e gestor da contratação, os colaboradores da FUNDACENTRO deverão ser conhecedores da solução.

7.2.2.4. A equipe de fiscalização deverá ser capaz de analisar os testes e aplicar as verificações existentes neste documento.

7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.3.1. Segundo consta no item 4.4 "Requisitos de Manutenção e Suporte Técnico".

7.4. Transição Contratual

7.4.1. Quando restarem 03 (três) meses para a data do efetivo término do contrato de prestação dos serviços, a CONTRATADA deve prestar para a CONTRATANTE toda a assistência a fim de que os serviços continuem sendo prestados sem interrupção ou efeito adverso, e que haja uma transferência ordenada dos Serviços para a CONTRATANTE;

7.4.2. Em ocorrendo nova licitação, com mudança de fornecedor dos serviços, a CONTRATADA deverá repassar para a LICITANTE vencedora do novo certame ou para técnicos da própria CONTRATANTE, por intermédio de eventos formais, os documentos necessários a continuidade da prestação dos serviços, bem como esclarecer dúvidas a respeito da prestação de serviço do contrato atual;

7.4.3. A falta de transferência de conhecimento caracterizará inexecução do contrato, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas na legislação vigente, no contrato e neste instrumento;

7.4.4. O fato de a CONTRATADA ou seus representantes não cooperarem ou reterem qualquer informação ou dado solicitado pela CONTRATANTE, que venha a prejudicar, de alguma forma, o andamento da transição das tarefas e serviços, constituirá quebra de contrato, sujeitando-a as obrigações em relação a todos os danos causados à CONTRATANTE por esta falha;

7.4.5. A CONTRATADA será responsável pela transição inicial e final dos serviços, absorvendo as atividades de forma a documentá-las minuciosamente para que os repasses de informações, conhecimentos e procedimentos, no final do contrato, aconteça de forma precisa e responsável;

7.4.6. A CONTRATADA compromete-se a fornecer para a CONTRATANTE toda a documentação relativa à prestação dos Serviços que esteja em sua posse;

7.5. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.5.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

7.5.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

7.5.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado e sempre que no mês de referência a porcentagem de tempo de atividade mensal não atingir 99,9% será feita advertência por escrito à contratada, após comunicado o Gestor do Contrato;

7.5.2.2. Multa:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das duas tabelas a seguir; e
- e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração a promover a rescisão do contrato;
- f) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7.5.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

7.5.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

7.5.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação

perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

7.5.2.6. As sanções previstas nos subitens 7.5.2.1, 7.5.2.3, 7.5.2.4 e 7.5.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.5.2.7. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas a seguir:

Tabela 9 - Sanções

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Advertência. Em caso de reincidência, 0,5% sobre o valor total do Contrato.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	A Contratada ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 1% do valor da contratação.
3	Ter praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.	A Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração.
4	Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
5	Não executar total ou parcialmente os serviços previstos no objeto da contratação.	Suspensão temporária de 6 (seis) meses para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por até de 30 dias, sem comunicação formal ao gestor do Contrato.	Multa de 5% sobre o valor total do Contrato. Em caso de reincidência, configura-se inexecução total do Contrato por parte da empresa, ensejando a rescisão contratual unilateral.
7	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços solicitados, por mais de 30 (trinta) dias, sem comunicação formal ao gestor do contrato.	Contratada será declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração, sem prejuízo da Rescisão Contratual.
8	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 48 horas úteis.	Multa de 0,1% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 30 dias úteis. Após o limite de 5 dias úteis, aplicar-se-á multa de 1% do valor total do Contrato.
9	Provocar intencionalmente a indisponibilidade da prestação dos serviços quanto aos componentes de software (sistemas, portais, funcionalidades, banco de dados, programas, relatórios, consultas, etc).	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
10	Permitir intencionalmente o funcionamento dos sistemas de modo adverso ao especificado na fase de levantamento de requisitos e às cláusulas contratuais, provocando prejuízo aos usuários dos serviços.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
11	Comprometer intencionalmente a integridade, disponibilidade ou confiabilidade e autenticidade das bases de dados dos sistemas.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
12	Comprometer intencionalmente o sigilo das informações armazenadas nos sistemas da contratante.	A Contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, sem prejuízo às penalidades decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato, o que poderá acarretar a rescisão do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666, de 1993.
13	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 5% do valor total do Contrato.

7.5.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

7.5.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.5.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.5.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.5.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999

7.5.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.5.6. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.5.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.5.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

7.5.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.5.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.5.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.5.12. As reincidências de glosas, por três meses consecutivos, da prestação de serviços com um conjunto de indicadores de nível de serviço e desempenho inferiores aos níveis mínimos requeridos, para um grupo de no mínimo três indicadores simultâneos, serão qualificadas conforme o disposto no item 11.23 e seus respectivos subitens.

7.6. Do Pagamento

7.7. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

7.7.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.8. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida da emissão do Termo de Recebimento Definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.9. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.9.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.10. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período de prestação dos serviços;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.12. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.12.1. não produziu os resultados acordados;

7.12.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.12.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.14. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.16. A cada pagamento ao fornecedor a Administração realizará consulta ao Sicafe para verificar a manutenção das condições de habilitação, observadas as seguintes condições:.

a) constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

b) o prazo do inciso anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração;

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.19.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.21. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.22. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \cdot I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. O valor estimado da presente contratação consta na tabela a seguir.

Tabela 10 - Valor estimado da contratação

Lote	Item	Sigla	Descrição	Largura de banda do Link dedicado	CATSER	Quantidade	Unidade de medida	Valor - R\$
1	1	UDBA	Unidade Descentralizada em Extinção da Bahia (Salvador/BA)	8 Mbps	26484	36	serviço/mês	1.305,61/mês
	2	CRCO	Centro Regional Centro-Oeste (Brasília/DF)	8 Mbps	26484	36	serviço/mês	1.085,71/mês
	3	CRSEM	Centro Regional Sudeste II (Belo Horizonte/MG)	8 Mbps	26484	36	serviço/mês	1.084,18/mês
	4	CRNE	Centro Regional Nordeste (Recife/PE)	8 Mbps	26484	36	serviço/mês	1.187,86/mês
	5	UDES	Unidade Descentralizada em Extinção do Espírito Santo (Vitória/ES)	4 Mbps	26484	36	serviço/mês	1.066,39/mês
	6	EANO	Escritório Avançado no Pará (Belém/PA)	2 Mbps	26484	36	serviço/mês	1.134,04/mês
	7	UDPR	Unidade Descentralizada em Extinção do Paraná (Curitiba/PR)	8 Mbps	26484	36	serviço/mês	1.086,52/mês
	8	CRSER	Centro Regional Sudeste I (Rio de Janeiro/RJ)	8 Mbps	26484	36	serviço/mês	1.136,91/mês
	9	UDRS	Unidade Descentralizada em Extinção do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)	4 Mbps	26484	36	serviço/mês	1.034,74/mês
	10	CRSU	Centro Regional Sul (Florianópolis/SC)	8 Mbps	26484	36	serviço/mês	1.140,12/mês
	11	UDCA	Unidade Descentralizada em Extinção de Campinas (Campinas/SP)	2 Mbps	26484	36	serviço/mês	923,79/mês
	12	UDBS	Unidade Descentralizada em Extinção da Baixada Santista (Santos/SP)	2 Mbps	26484	36	serviço/mês	959,27/mês
Valor total do Grupo 1 para 36 meses (R\$)								473.225,04

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

9.1. As despesas decorrentes com a referida aquisição correrão à conta da Dotação Orçamentária da União:

9.1.1. Gestão/Unidade: 264001/26201

- 9.1.2. Ação: Administrativa
9.1.3. Fonte: 0100000000/0280000000
9.1.4. Programa de Trabalho: 173303
9.1.5. Elemento de Despesa: 33904013
9.1.6. PI: 22000401113

9.2. O cronograma físico-financeiro compreende o início dos faturamentos somente após a instalação realizada e validada pelo STIC, conforme os "Requisitos de Implantação", "Modelo de Execução do Contrato" e "Modelo de Gestão do Contrato", que estabelecem os prazos e requisitos a serem cumpridos previamente à execução da despesa mensal.

10. VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O contrato vigorará por 36 (trinta e seis) meses, contados da assinatura dos contraentes, podendo ser prorrogado até atingir o limite total de 60 (sessenta) meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.1.1. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada de a realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

10.2. Para a vigência proposta de 36 meses, também se considera:

10.2.1. Os serviços prestados serem continuados: O enquadramento da presente contratação como sendo de serviços continuados, associado à complexidade do objeto, demonstrada nos Estudos Técnicos Preliminares, fizeram com que a EPC entendesse que uma vigência inicial de 36 meses, fundamentada no item 12 do Anexo IX da IN SEGES/MPDG 05/2017, na ON AGU nº 38/2011;

10.2.2. Diminuição do risco de interrupção da prestação dos serviços: Um maior período de vigência contratual confere maior segurança para a FUNDACENTRO pois um serviço essencial será prestado em caráter de continuidade, reduzindo os riscos inerentes quando ocorre uma nova contratação:

a) Interrupção na prestação dos serviços, entre o encerramento de um contrato e o início de um novo, devido a: tempo de ativação dos circuitos, que tem prazo estabelecido em de 60 dias (conforme item 4.5.1.1 do TR); a provável necessidade de que cada Contratada tenha que traçar novas rotas de cabeamento, abrir caixas de passagem em vias públicas e outras ações necessárias para a instalação dos meios físicos de acesso; configuração para comunicação entre dos equipamentos da Contratada e os da FUNDACENTRO;

b) A quantidade de localidades da FUNDACENTRO eleva o risco devido à complexidade do item anterior;

c) A necessidade de atualizar o cadastro de IPs liberados junto ao Portal de Periódicos da CAPES (conforme item 4.8.10 do TR) ocasiona na interrupção do acesso ao conteúdo exclusivo, que prejudica as pesquisas e atividades da Área Finalística;

10.2.3. Portanto, sempre que há uma nova contratação eleva-se o risco de interrupção dos serviços prestados, prejudicando os trabalhos administrativos e finalísticos da FUNDACENTRO.

10.2.4. A Orientação Normativa nº 38/2011 da AGU: os itens imediatamente anteriores norteiam a justificativa para 36 meses.

11. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

11.1. A vistoria prévia é facultativa. Ao optar pela realização da vistoria, a proponente deverá assinar o **Termo de Vistoria** (Anexo VI).

11.2. A proponente que decidir não realizar a vistoria no órgão e, eventualmente subestimar sua proposta, estará incorrendo em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar. Portanto, deverá assinar o **Termo de Recusa de Vistoria** (Anexo VII).

11.3. A vistoria poderá ser realizada de segunda à sexta feira, em dias úteis, das 10 horas às 16 horas, acompanhado por servidor designado para esse fim.

11.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até 01 (um) dia útil antecedente à data prevista para a abertura da sessão pública.

11.5. A vistoria deve ser agendada previamente, com 01 (um) dia útil de antecedência à data proposta, respeitando o prazo máximo informado no item acima;

11.6. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

11.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

12. DO REAJUSTE DE PREÇOS

12.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice definido pela ANATEL: Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

12.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação

13.1.1. O regime da execução dos contratos é de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

13.1.2. O tipo e critério de julgamento da licitação é o MENOR PREÇO POR GRUPO para a seleção da proposta mais vantajosa.

13.1.3. De acordo com o §1º do Art. 1º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA.

13.1.4. O Modo de Disputa será ABERTO E FECHADO.

13.1.5. A fundamentação pauta-se na premissa que a contratação de serviços baseia-se em padrões de desempenho e qualidade claramente definidos no Termo de Referência, havendo diversos fornecedores capazes de prestá-los. Caracterizando-se como “serviço comum” conforme Art. 9º, §2º do Decreto 7.174/2010.

13.1.6. A presente contratação, à luz do que dispõe o artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, trata de SERVIÇOS CONTINUADOS, tendo em vista que sua interrupção pode comprometer a continuidade dos serviços de TIC na FUNDACENTRO.

13.2. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

13.2.1. Foi definida a não aplicação do direito de preferência e margens de preferência estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006 sob o preconizado no Art. 48 Inciso II da mesma lei, pois o valor ultrapassa o exigido na lei.

13.2.2. Ressalta-se que o Inciso I do Art 8º do Decreto nº 7.174, de 12 de Maio de 2010, que regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União, aponta que as regras de preferência a serem aplicadas são as dispostas no Capítulo V da Lei Complementar nº 123, de 2006.

13.3. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação

13.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

13.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

a) No mínimo 01 (um) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para o fornecimento de link de Internet dedicado em pelo menos 6 localidades no mesmo Contrato (o que corresponde a 50% da contratação especificada neste TR).

13.3.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir(em)-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

13.3.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

13.3.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

13.3.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

14.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

- 14.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 14.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 14.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 14.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 14.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 14.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 14.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 14.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 14.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 14.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 14.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.
- 14.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 14.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 14.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 14.11. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 14.12. Será considerada extinta a garantia:
- 14.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 14.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 14.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 14.13.1. A contratada autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência e no Contrato.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 15.1. Consideram-se os seguintes requisitos para subcontratação:
- a) Será admitida à Contratada, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parcialmente os serviços, até o limite de 50%, nos termos do artigo 72, da Lei n.º 8.666/93 e legislação específica do serviço de telecomunicações ou nas normas igualmente aplicáveis ao setor editadas pela ANATEL.
- b) A subcontratação dependerá de autorização prévia da Contratante, a quem cabe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para execução do objeto, além da necessidade de comprovação pela Contratada, da regularidade fiscal e trabalhista da empresa subcontratada.
- c) Em qualquer hipótese de subcontratação permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- I - A subcontratação dependerá, em cada caso, de ser previamente avaliada pela CONTRATANTE, já que a subcontratação desses serviços é algo inerente ao modelo de mercado que opera no Brasil, não sendo possível definir qual o nível de interação entre as empresas, pois envolve muitas variáveis, dependendo da operadora, local, tecnologia utilizada, origem e destino da conexão, localização e particularidades do órgão CONTRATANTE, dentre outras.

16. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

- 16.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº 270 de 12 de agosto de 2020, gerando o ETP nº 37/2020 (0076790).
- 16.2. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência segue assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

Diego Ricardi dos Anjos
Chefe do STIC
Matrícula 1959350
(assinado eletronicamente)

Norisvaldo Ferraz Júnior
Analista em C&T
Matrícula 1503899
(assinado eletronicamente)

Manuel Pereira Teixeira
Assistente em C&T
Matrícula 2261298
(assinado eletronicamente)

- 16.3. Aprovo.
- 16.4. Encaminha-se à Autoridade Competente para prosseguimento da contratação.

Marina Brito Battilani
Diretora de Conhecimento e Tecnologia
(assinado eletronicamente)

- 16.5. Aprovo.
- 16.6. Encaminha-se à Diretoria de Administração e Finanças para iniciar procedimento licitatório, segundo o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Felipe Memolo Portela
Presidente da FUNDACENTRO
(assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Norisvaldo Ferraz Junior, Analista em C&T**, em 09/12/2020, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diego Ricardi dos Anjos, Chefe de Serviço**, em 09/12/2020, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Manuel Pereira Teixeira, Assistente em C&T**, em 09/12/2020, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Brito Battilani, Diretora**, em 09/12/2020, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Memolo Portela, Presidente**, em 09/12/2020, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.fundacentro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0081755** e o código CRC **3E9EECB0**.

ANEXO I - MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

A Ordem de Serviço é o documento utilizado para solicitar à contratada a prestação de serviço relativos às Requisições Planejadas.

IDENTIFICAÇÃO	
ORDEM DE SERVIÇO Nº	
CONTRATO Nº	
CONTRATADA	
CONTRATANTE	FUNDACENTRO
DATA DA EMISSÃO	
ÁREA REQUISITANTE DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	
SOLUÇÃO DE TI	

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO		
Item	Descrição da Ordem de Serviço	Prazo de Execução
1.		
TOTAL DE ITENS		

INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

- As ordens de serviço deverão ser executadas de acordo com o especificado no Termo de Referência.
- Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- O descumprimento dos níveis mínimos de serviço, acarretará as sanções previstas no Termo de Referência.
- A CONTRATADA declara concordância em executar as atividades descritas nesta Ordem de Serviço, de acordo com as especificações estabelecidas pela FUNDACENTRO definidas no CONTRATO.
- A FUNDACENTRO autoriza a execução da presente Ordem de Serviço de acordo com as especificações definidas pela CONTRATANTE.

DE ACORDO	
CONTRATANTE (Fiscal)	
CONTRATADA (Preposto)	

ANEXO II - MODELO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

NOME DA EMPRESA LICITANTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-mail:

Valor inicial previsto pela Equipe de Planejamento da Contratação

Lote	Item	Sigla	Descrição	Largura de banda do Link dedicado	CATSER	Quantidade	Unidade de medida	Valor - R\$
1	1	UDBA	Unidade Descentralizada em Extinção da Bahia (Salvador/BA)	8 Mbps	26484	12	serviço/mês	
	2	CRCO	Centro Regional Centro-Oeste (Brasília/DF)	8 Mbps	26484	12	serviço/mês	
	3	CRSEM	Centro Regional Sudeste II (Belo Horizonte/MG)	8 Mbps	26484	12	serviço/mês	
	4	CRNE	Centro Regional Nordeste (Recife/PE)	8 Mbps	26484	12	serviço/mês	
	5	UDES	Unidade Descentralizada em Extinção do Espírito Santo (Vitória/ES)	4 Mbps	26484	12	serviço/mês	
	6	EANO	Escritório Avançado no Pará (Belém/PA)	2 Mbps	26484	12	serviço/mês	
	7	UDPR	Unidade Descentralizada em Extinção do Paraná (Curitiba/PR)	8 Mbps	26484	12	serviço/mês	
	8	CRSER	Centro Regional Sudeste I (Rio de Janeiro/RJ)	8 Mbps	26484	12	serviço/mês	
	9	UDRS	Unidade Descentralizada em Extinção do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/RS)	4 Mbps	26484	12	serviço/mês	
	10	CRSU	Centro Regional Sul (Florianópolis/SC)	8 Mbps	26484	12	serviço/mês	
	11	UDCA	Unidade Descentralizada em Extinção de Campinas (Campinas/SP)	2 Mbps	26484	12	serviço/mês	
	12	UDBS	Unidade Descentralizada em Extinção da Baixada Santista (Santos/SP)	2 Mbps	26484	12	serviço/mês	
Valor total do Grupo 1 para 12 meses (R\$)								
Valor total do Grupo 1 para 36 meses (R\$)								

ANEXO III - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

IDENTIFICAÇÃO	
ORDEM DE SERVIÇO Nº	
CONTRATO Nº	
CONTRATADA	
CONTRATANTE	FUNDACENTRO

DATA DA EMISSÃO	
ÁREA REQUISITANTE DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	
SOLUÇÃO DE TI	

INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

- As ordens de serviço deverão ser executadas nos endereços listados no Termo de Referência.
- Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- O valor mensal dos serviços será ajustado em função do descumprimento dos níveis mínimos de serviço, dos níveis mínimos de desempenho e dos termos de serviços.

RECEBIMENTO PROVISÓRIO

A FUNDACENTRO recebe provisoriamente os serviços prestados através da OS supracitada, cabendo ainda a avaliação da sua conformidade com os parâmetros mínimos de qualidade e de desempenho, e também com as demais condições previstas em contrato.

São Paulo, ____ de ____ de ____.

Fiscal Técnico do Contrato

RECEBIMENTO DEFINITIVO

A FUNDACENTRO recebe definitivamente os serviços prestados através da OS supracitada, autorizando, após análise da adequação aos parâmetros mínimos de serviço e desempenho, a emissão da correspondente Nota Fiscal de Serviços no valor a seguir.

Valor dos Serviços: R\$ _____

Valor mensal dos serviços, considerados os ajustes em função do descumprimento dos níveis mínimos de serviço, dos níveis mínimos de desempenho e dos termos de serviços.

São Paulo, ____ de ____ de ____.

Fiscal Técnico do Contrato

Fiscal Requisitante do Contrato

ANEXO IV - TERMO DE COMPROMISSO

Razão Social:

CNPJ:

Endereço da Sede:

Pelo presente TERMO DE COMPROMISSO, a Contratada assume o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações confidenciais a que tenha acesso durante todo o período em que tenha atuado ou venha a atuar como prestadora de serviço para a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), em razão do contrato nº XX/20XX.

Cláusula primeira - Do Termo e das Obrigações

A Contratada assume as seguintes obrigações:

1. não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro;
2. tomar todas as medidas necessárias à proteção das informações confidenciais recebidas, inclusive com relação a todos os seus empregados diretamente envolvidos na contratação, bem como para evitar e prevenir revelação a terceiros, exceto se comprovadamente solicitadas em razão de ordem judicial que imponha tal revelação.
3. não divulgar, publicar ou noticiar qualquer informação que tenha tido acesso em decorrência da execução do contrato nº XX/20XX, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso a tais informações, por seu intermédio;
4. destruir quaisquer documentos por ela produzidos que contenham informações confidenciais da Contratante, quando não mais for necessária a manutenção dessas informações confidenciais, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades legais e contratuais;
5. ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações confidenciais.

Subcláusula Primeira - a Contratada fica, desde já, proibida de produzir cópias, transferir arquivos digitalizados ou registrar por escrito as informações confidenciais a que tenha acesso, exceto aquelas estritamente necessárias para a prestação do serviço, sendo responsável pela sua guarda e sigilo.

Neste Termo, a expressão “Informação Confidencial” fica assim definida:

Informação confidencial: toda informação escrita, verbal ou apresentada de modo tangível ou intangível, e revelada ou obtida devido às atividades desempenhadas por sua função como prestador de serviço;

A confidencialidade é obrigatória, mesmo após o término das atividades da Contratada como prestadora de serviço e, somente deixa de ser obrigatória, se comprovado que as informações confidenciais foram solicitadas em razão de ordem judicial que imponha tal revelação.

Cláusula segunda - Da Validade

Este termo tornar-se-á válido a partir da data de sua efetiva assinatura pela Contratada.

Cláusula terceira - Das Penalidades

Caso a Contratada, comprovadamente, descumpra quaisquer das obrigações previstas no presente termo, a FUNDACENTRO desencadeará processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, além de ação indenizatória junto à autoridade competente, que aplicará as devidas sanções de cunho civil, criminal ou outra penalidade na forma da Lei.

Cláusula quarta - Do Foro

Por força do artigo 109, inciso I, da Constituição Federal, o foro competente para dirimir quaisquer controvérsias resultantes da execução deste Instrumento é o da Justiça Federal de São Paulo, caso não sejam resolvidos administrativamente.

Cláusula quinta

A Contratada compromete-se a obter o fiel cumprimento das cláusulas deste termo pelos seus empregados.

Por estar de acordo com o exposto, a Contratada firma o presente termo.

São Paulo, ____ de _____ de 20__.

Representante Legal da Contratada

ANEXO V - MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA

IDENTIFICAÇÃO	
Pregão nº / Contrato nº	
CONTRATADA (Razão Social e CNPJ)	
CONTRATANTE	FUNDACENTRO
DATA DA EMISSÃO	
ÁREA REQUISITANTE DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	
SOLUÇÃO DE TI	

Por este instrumento, os colaboradores abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecimento do teor: do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo assinado pela CONTRATADA acima identificada; e das normas de segurança vigentes no âmbito da CONTRATANTE.

Fiscal Técnico do Contrato
Matrícula:

Fiscal Requisitante do Contrato
Matrícula:

Assinatura e identificação do representante legal da CONTRATADA

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE VISTORIA

DECLARO, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ____/20____, que efetuei a vistoria nos locais de prestação dos serviços da FUNDACENTRO, e tomei conhecimento de todas as informações necessárias à execução de seu objeto.

_____, ____ de _____ de 20__.

Carimbo e Assinatura do Responsável/Representante da Empresa (Nome, Cargo, CPF)

Assinatura do Representante da FUNDACENTRO

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RECUSA DE VISTORIA

DECLARO, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ____/20____, que a empresa _____, CNPJ nº _____ situada na cidade de _____ UF____, OPTOU PELA NÃO REALIZAÇÃO DA VISTORIA TÉCNICA, tendo ciência que não poderá alegar em qualquer fase da licitação ou vigência da relação contratual que não realizará os serviços em conformidade com a qualidade e requisitos exigidos.

_____, ____ de _____ de 20____.

Carimbo e Assinatura do Responsável/Representante da Empresa

Nome legível _____

CPF nº. _____